

AS VIVÊNCIAS DO BANDO DE LAMPIÃO A PARTIR DE UMA ÓTICA FEMININA

THAIS VIDAL SIQUEIRA
THAÍS DE FRANÇA LOPES

Submetido em 10/12/2021
Aprovado em 31/01/2022

NEGREIROS, Adriana. **Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

A escritora Adriana Negreiros nasceu em São Paulo, no ano de 1974, viveu a maior parte da sua juventude em Fortaleza/CE e reside atualmente na cidade de Porto, em Portugal. Graduou-se em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), mas se dedicou ao jornalismo a partir de 1996, quando foi repórter política do Diário do Nordeste. Além de “Maria Bonita: Sexo, violência e mulheres no cangaço”, a autora também escreveu “A vida nunca mais será a mesma: Cultura da violência e estupro no Brasil”, já no final de 2021, onde, com base na sua experiência, tratou acerca de violências que vitimaram mulheres no Brasil contemporâneo.

“Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço” é uma obra que apresenta uma visão panorâmica da trajetória do cangaço pelo sertão nordestino, desde 1927, quando ocorreu a invasão frustrada do bando de Lampião à cidade de Mossoró, até 1938, ano marcado pela morte do Rei do Cangaço. Ao longo do livro, trata-se das relações dos cangaceiros com o meio político, as forças policiais e os grandes latifundiários e como estas foram determinantes para o sucesso da resistência cangaceira.

Esse panorama geral funciona como plano de fundo para explorações temáticas baseadas nas condições de vida concretas das mulheres que integravam o bando de Lampião, com destaque para Maria Bonita e Dadá, companheiras de Virgulino e Corisco, respectivamente. Dentre os temas abordados, tem-se a forma pela qual se dava o ingresso das mulheres no cangaço, a sua relação com a maternidade e a perpetuação dos papéis de gênero dentro do bando. No âmbito da violência, a produção também explora como os cangaceiros deixavam resquícios de crueldade nos trabalhos de banditismo que

realizavam, sendo algumas punições e métodos de tortura realizados com um claro direcionamento para mulheres, sob o caráter de violência de gênero.

Inicialmente, extrai-se da leitura da obra que houve uma intensa apropriação feita pela indústria cultural sobre a imagem de Maria de Déa – também conhecida como Maria Bonita – e Lampião. Apesar de, juntamente com os outros cangaceiros, terem gerado o sentimento de medo e horror na população brasileira do século XX a partir da prática de roubos, estupros, assassinatos, torturas, o casal teve sua trajetória ressignificada e adquiriu um sentimento de admiração na contemporaneidade, com homenagens em formato de monumentos, filmes, novelas, manchetes no *The New York Times*, entre outros. Essa notoriedade, porém, não gera um espanto tão significativo, haja vista que já na época de atividade do bando era possível observar esse sentimento de estima por parte de alguns sertanejos, que o viam como o “homem que tinha a coragem de enfrentar os poderosos, quer dizer, os latifundiários, o Estado e a Igreja” (RAMOS, 2002, p. 166). Inclusive, a própria Maria teve a atitude de largar o seu casamento de aproximadamente três anos, onde vivia em constante crise conjugal e sofria diversas violências, para se envolver romanticamente com aquele a quem admirava e desejava, o Rei do Cangaço.

A versão mais difundida sobre o encontro entre Virgulino e Maria Bonita descreve que ao visitar o povoado de Malhada da Caiçara, na Bahia, Lampião teria ouvido a mãe de Maria falar indiscretamente que uma de suas filhas estava infeliz no casamento e em busca de um “cabra da peste”, o que teria instigado ele a ir mais vezes ao povoado, na esperança de cruzar com a moça. Em uma de suas migrações para a casa dos pais após uma extensa briga com o então marido, Maria de Déa teria se deparado com a casa cheia de cangaceiros. Ao obter a informação de que aquela era a referida filha, o Rei do Cangaço teria abordado Maria para questionar se ela sabia bordar, ao que recebeu resposta afirmativa e se comprometeu a levar uns lenços de seda para ela. Quando Virgulino retornou dias depois para buscar os ditos lenços, teve início o seu romance com a filha de dona Déa, que acabou largando de vez o casamento com Zé de Neném para viver a vida com o cangaceiro no sertão nordestino.

Com a chegada de Maria no bando, outros cangaceiros foram autorizados, e até mesmo incentivados, a levar suas companheiras, pois Lampião acreditava

que a sua esposa precisava de companhia feminina. Porém, mesmo com a chegada gradativa de outras mulheres no grupo, a importância de Maria de Déa era notória, tanto que ela foi designada ao posto de Rainha do Cangaço, visto que seu companheiro se considerava como o Rei. Além de Maria, a escritora dá destaque para Sérgia, apelidada de Dadá, a companheira de Corisco, cangaceiro que se destacava por seu espírito de liderança, o que lhe conferiu o cargo de chefe de seu próprio subgrupo dentro do bando.

Dadá, assim como outras mulheres que integravam o grupo, foi essencialmente sequestrada de sua casa, com apenas 12 anos, como forma de vingança contra seu pai, acusado de denunciar um cangaceiro às forças policiais. Assim, aos 12 anos, logo após ser tomada da sua família, Dadá perderia a virgindade em um estupro, cometido por Corisco, que se tornaria seu marido. A escritora evidencia como o estupro era naturalizado no bando e até mesmo considerado comum entre os cangaceiros; estes regularmente estupravam mulheres em suas missões, utilizando da prática como uma ferramenta de tortura e vingança direcionada ao sexo feminino. Tal fato toma uma nova camada de significado quando se descobre, ao longo do livro, que Lampião negava quando era acusado de cometer estupros, chegando a ameaçar aqueles que o imputavam tal crime. O Rei do Cangaço, portanto, possuía plena noção da reprovabilidade social existente diante do crime de estupro, porém isso não o impedia de praticá-lo.

Ao realizar uma retomada histórica, Adriana afirma que os primeiros anos de Maria de Déa no bando de Lampião podem ser caracterizados como tranquilos, pois a Revolução de 1930, que depôs o presidente Washington Luís e instituiu um governo provisório chefiado por Getúlio Vargas, manteve o chefe de Estado e as forças policiais ocupados e, portanto, distraídos das atividades do grupo. Durante essa época, Vargas delegou a função de combater o bando ao major cearense Juarez Távora, designado delegado militar do governo provisório. O major foi um de vários que assumiram o controle dessa tarefa e falharam em conter Lampião. Nesse âmbito, a autora da obra ressalta o imaginário ao redor do bando, que mantinha uma ideia de misticismo em torno do fato de que sempre escapavam de ataques; porém, esse escape se dava principalmente pela relação de Lampião com coiteiros e com a elite política de alguns estados nordestinos, como Alagoas e Sergipe.

Em dezembro de 1931, os cangaceiros foram alvo de uma operação comandada pelos sargentos Euclides Flor e João Cavalcanti, que desde 1923 perseguiam Virgulino. Porém, a missão - assim como diversas outras tentativas de ataque ao grupo narradas ao longo da obra - falhou e causou um impacto irrisório para o bando, que sofreu apenas perdas materiais, tendo que deixar para trás seus pertences na fuga. Um aspecto significativo ressaltado no decorrer da produção é o de que nem todo policial estava contra Lampião, sendo o Rei do Cangaço muitas vezes aliado de chefes de polícia, que o forneciam munições e informações privilegiadas, contribuindo também para o sucesso de suas empreitadas e para o fracasso das operações contra o grupo.

Existiu, por anos, um prêmio de cem mil contos de réis na cabeça de Lampião, fato que levou até mesmo a família de Maria de Déa a tentar capturar o capitão em novembro do ano de 1933, porém a investida foi frustrada. Para Adriana, foram dois fatos específicos que realmente causaram danos definitivos na sustentação do cangaço: a associação dos bandoleiros com a Intentona Comunista de 1935, que colocou cangaceiros e comunistas na mesma categoria de inimigos do regime Vargas, trazendo a atenção do governo de volta para o bando; e, em 1937, a implantação do Estado Novo, regime ditatorial instaurado por Getúlio Vargas. Este último causou a ruína de um dos principais arcos de sustentação do cangaço, pois com a centralização do poder no Estado implementada por Vargas, indivíduos poderosos que ofereceram uma proteção histórica para Lampião, como o interventor Eronides de Carvalho, de Sergipe, já não dispunham da mesma força e influência para garantir sua segurança.

Em paralelo com os eventos que marcaram a trajetória dos cangaceiros, uma imagem foi sendo construída, através de entrevistas em jornais e relatos de indivíduos que encontravam o bando, acerca de Lampião enquanto facínora honesto. Segundo a autora, Virgulino, por ser um homem vaidoso, gostava das reportagens que reforçassem suas características de “bandido de classe”, distinguindo-o de um simples ladrão. Porém, Adriana reforça ao longo de toda a obra que essa imagem não retrata a realidade plena no bando de Lampião. Ainda assim, a violência dos cangaceiros, muitas vezes arbitrária, era notória e perpetuava a narrativa concebida ao redor do cangaço.

Após anos de tentativas frustradas, em julho de 1938, aqueles que queriam

ver o fim do Rei e da Rainha do Cangaço saíram vitoriosos. Lampião, Maria Bonita e mais cerca de cinquenta cangaceiros estavam descansando em Sergipe, Estado considerado o mais seguro para o bando, quando foram surpreendidos por tiros disparados pelas tropas do sargento Aniceto e do tenente João Bezerra. Nesse cenário, os cangaceiros tiveram que escolher entre pegar as armas que estavam próximas às barracas ou fugir. Virgulino não teve tempo de assimilar o que estava acontecendo, uma vez que logo foi atingido na cabeça e caiu desfalecido sobre as pedras. Maria de Déa agonizava com as mãos na barriga, onde levou o tiro, quando um dos soldados degolou Lampião com o mesmo facão que logo em seguida foi usado para fazer o mesmo com Maria, ainda com vida.

Sobre isso, é interessante destacar o estado em que o corpo de Maria Bonita foi deixado. Nos aproximadamente vinte minutos que durou a chamada “chacina de Angico”, foram assassinados onze cangaceiros, que tiveram suas cabeças cortadas, e somente um soldado. Com exceção deste último, todos foram abandonados no local pelos soldados, com a ressalva de que Maria teve uma vara de madeira penetrada e largada na sua vagina, demonstrando a influência da violência de gênero que se dá a partir da reafirmação do poder patriarcal sobre o corpo da mulher. Esse tipo de comportamento era, inclusive, comum na selvageria dos bandoleiros, que tinham o hábito de estuprar pessoas do sexo feminino e até mesmo arrancar suas genitálias para fins de exposição entre seus aliados. Logo, vê-se que a violência direcionada para as mulheres e meninas possuía uma clara conotação sexual, como uma espécie de lembrança de que somente esse era o fim ao qual a existência das mulheres estava sujeitada, já que, segundo Campos (2016), o estupro acontece não meramente pela intenção de satisfazer um desejo sexual, e, sim, para ratificar o lugar de submissão e despoder no qual as mulheres devem estar inseridas na sociedade patriarcal.

Dos temas presentes na vida das mulheres do grupo, a maternidade toma um espaço central. O caso de Expedita pode ser tomado como um arquétipo do que costumava acontecer com os bebês nascidos no cangaço, caso sobrevivessem ao parto. Expedita, filha de Maria de Déa e Lampião, nasceu no dia 13 de setembro pelas mãos da parteira Rosinha de Vicentão e, com alguns dias, foi adotada, através de um intermediário, pelo casal de vaqueiros Severo e Aurora, localizados em Sergipe. Dito isso, conta a versão da escritora que Maria precisou brigar com

seu marido para manter Expedita viva, pois Virgulino teria sugerido sangrá-la, para dar fim ao choro da recém-nascida por meio de seu método ritualístico de assassinato. O ato de dar seu filho para adoção de forma tão súbita é descrito por Adriana como algo traumático para as mulheres, tendo Sila – esposa do cangaceiro Zé Sereno – retratado essa experiência como a maior tristeza que teve em sua vida.

Um ponto intrigante explorado ao longo da produção é o de como a violência do cangaço não desestimulava a entrada de algumas mulheres para o bando. Caso evidente é o de Adília, cujo pai não deixava que pintasse os olhos, os lábios e as unhas e a qual foi impedida pela família de frequentar a escola e de possuir uma vida social, bem como proibida de dançar em bailes e de namorar. Sob essas condições, Adília teve um romance com Canário, cangaceiro de Lampião, e foi convidada por ele para integrar o grupo. Porém, antes de decidir adentrar o bando, Dadá a informou da realidade e das dificuldades do cangaço, pois a companheira de Canário possuía uma visão idealizada desta vivência. Apesar do aviso, Adília entrou para o grupo e, com suas expectativas frustradas, conforme a autora, sonhava dia e noite com a morte do seu parceiro.

Além disso, tem-se uma outra questão marcante para a experiência feminina no cangaço: as mulheres só poderiam entrar para o bando se estivessem com um cangaceiro, pois eram tidas como propriedade dos seus companheiros. No grupo, a partir dessa lógica de posse, não importava se as mulheres eram agredidas fisicamente, pois esse tipo de comportamento era normalizado, ou seja, nada seria feito a respeito disso; apenas o homem poderia decidir o que fazer com sua mulher. Inclusive, era cobrado das mulheres fidelidade e submissão aos seus companheiros, sendo permitido a eles, quando se sentissem contrariados, aplicar-lhes a pena que considerasse justa, que poderia ser até mesmo a morte. Essa questão da mulher como propriedade do homem, juntamente com o tema supracitado da frustração a partir da idealização da vida no cangaço, são exemplos de como a experiência feminina precisou existir e se afirmar nesse espaço que, mesmo fora-da-lei, repetia certos traços do mundo patriarcal, como discorre a escritora Jailma dos Santos Pedreira Moreira (2016) em seu livro “Sob a luz de Lampião: Maria Bonita e o movimento da subjetividade de mulheres sertanejas”.

Outrossim, retoma-se um ponto já abordado, que está ligado à imagem que Maria Bonita adquiriu com o decorrer dos anos, após a sua morte. Trata-se

da projeção de Maria como uma mulher empoderada, ícone feminista, e que, inclusive, teria ligação direta entre a sua data de nascimento e o 8 de março (Dia Internacional da Mulher), como uma espécie de predestinação, quando, na verdade, a Rainha do Cangaço nasceu em janeiro de 1910, conforme seu documento de batismo encontrado pelo pesquisador Voldi Ribeiro.

Faz-se necessário salientar esse tópico diante do fato de que, consoante a obra resenhada, Maria de Déa se limitou a ser transgressora somente ao deixar seu casamento para viver nas aventuras de Lampião, tendo em vista que ela não se comportava de modo a reconhecer as opressões as quais as mulheres estavam sujeitadas; pelo contrário, legitimava-as, na medida em que era favorável às sanções aplicadas às mulheres que iriam de encontro ao código de conduta do cangaço. Portanto, embora enfrentassem duras condições de vivência diante do machismo presente na sociedade da época, solidariedade era um sentimento que praticamente inexistia entre as mulheres do bando, especialmente por parte de Maria, e que se manifestava apenas quando uma delas entrava em trabalho de parto. Nessa ocasião específica, elas prestavam apoio à gestante para enfrentar o caminho sertanejo até um lugar seguro, onde ocorreria o parto, e no momento de dar à luz, entre contrações e a tensão de poder ser surpreendida a qualquer momento com a presença de volantes no local.

Diante do exposto, conclui-se que Adriana conseguiu utilizar uma linguagem simples, com vasto vocabulário nordestino, para atribuir uma perspectiva feminina às vivências do bando de Lampião, ainda que haja uma escassa disposição documental a respeito. Baseado em uma ampla pesquisa feita principalmente em jornais da época, bem como em entrevistas com sobreviventes e terceiros que testemunharam a crueldade do bando, a autora fez uma abordagem mais expositiva do que propriamente crítica a respeito das violências às quais as mulheres sertanejas e cangaceiras foram submetidas. Todavia, cumpriu com maestria o objetivo de retirar das sombras a realidade precária dessas sujeitas e de trazer à tona o equívoco que é a exaltação contemporânea do bando de Virgulino.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, Yls Rabelo; CÂMARA, Yzy Maria Rabelo. Maria Bonita e Dadá: uma breve releitura do cangaço por meio da presença determinante do elemento fe-

minino. **Revista Entrelaces**, Fortaleza, ano 4, n. 5, p. 57-74, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23384>. Acesso em: 1 dez. 2021.

CAMPOS, Andrea Almeida. A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 183, p. 01-13, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/32937>. Acesso em: 6 dez. 2021.

CLAUDINO, Nadja Claudinale da Costa. **As escritas de uma vida**: Discursos sobre a cangaieira Maria Bonita (1930-1938). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal da Paraíba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11882>. Acesso em: 2 dez. 2021.

FREITAS, Ana Paula Saraiva de. **A presença feminina no cangaço**: práticas e representações (1930-1940). Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93408>. Acesso em: 2 dez. 2021.

MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. **Sob a luz de Lampião**: Maria Bonita e o movimento da subjetividade de mulheres sertanejas. 1 ed. Salvador: EDUNEB, 2016.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Narrativas em fogo cruzado: Padre Cícero, Lampião e a Guerra de 14. **Trajeto Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 134-151, 2002. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/17208>. Acesso em: 8 dez. 2021.

RODRIGUES, Ana Paula Kravczuk; NIELSSON, Joice Graciele. O protagonismo feminino e a violência de gênero em espaços de resitência: Maria Bonita e o cangaço. **III Congresso Nacional Ciências Criminais e Direitos Humanos**, Rio Grande do Sul, ed. v. 1 n. 1 (1): Anais Ciências Criminais, 2019. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/cnccdh/article/view/11860>. Acesso em: 1 dez. 2021.